



Financial Crimes Enforcement Network
(Rede de Fiscalização de Crimenes Financeiros)
Departamento do Tesouro dos EUA
Washington, D.C. 20220



Comunicação de informações sobre beneficiários finais

Perguntas frequentes

Estas perguntas frequentes são apenas explicativas e não complementam nem modificam nenhuma obrigação imposta por estatuto ou regulamento. Consulte a regra de comunicação de informações sobre beneficiários finais, disponível em www.fincen.gov/boi, para mais detalhes sobre disposições específicas. A FinCEN espera publicar mais orientações futuramente. As dúvidas sobre este conteúdo podem ser encaminhadas para <https://www.fincen.gov/contact>.

A. Perguntas gerais

A.1. O que são informações sobre beneficiários finais?

Informações sobre beneficiários finais referem-se à identificação de informações sobre as pessoas que, direta ou indiretamente, possuem ou controlam uma empresa.

[Publicado em 24 de março de 2023]

A.2. Por que as empresas precisam fornecer informações sobre beneficiários finais ao Departamento do Tesouro dos EUA?

Em 2021, o Congresso aprovou a Lei de Transparência Corporativa em uma base bipartidária. Essa lei cria uma exigência de declaração de informações sobre beneficiários finais como parte dos esforços do governo dos EUA para dificultar que os malfeitores ocultem ou se beneficiem de seus ganhos ilícitos por meio de empresas de fachada ou outras estruturas obscuras de beneficiários.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

A.3. Segundo a Lei de Transparência Corporativa, quem pode acessar as informações sobre beneficiários finais?

A FinCEN permitirá que autoridades federais, estaduais, locais e tribais, bem como certas autoridades estrangeiras que enviem uma solicitação por meio de um órgão do governo federal dos EUA, possam obter informações sobre beneficiários finais para atividades autorizadas relacionadas à segurança nacional, inteligência e aplicação da lei. As instituições financeiras também terão acesso às informações sobre beneficiários finais em determinadas circunstâncias, com o consentimento da empresa declarante. Os órgãos reguladores dessas instituições financeiras também terão acesso às informações sobre beneficiários finais quando supervisionarem as instituições financeiras.

A FinCEN está desenvolvendo as regras que regerão o acesso e o manuseio de informações sobre beneficiários finais. As informações sobre beneficiários finais informadas à FinCEN

serão armazenadas em um banco de dados seguro e não público, utilizando métodos e controles rigorosos de segurança de informações, normalmente usados no governo federal para proteger sistemas de informações – não confidenciais, porém, sensíveis, no mais alto nível de segurança. A FinCEN trabalhará em estreita colaboração com as pessoas autorizadas a acessar as informações sobre beneficiários finais para garantir que elas compreendam suas funções e responsabilidades, a fim de garantir que as informações relatadas sejam usadas apenas para os fins autorizados e tratadas para proteger sua segurança e confidencialidade.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

B. Processo de comunicação

B.1. Minha empresa deve reportar informações sobre beneficiários finais agora?

Não. Ninguém precisa reportar informações sobre beneficiários finais à FinCEN até 1.º de janeiro de 2024. No momento, a FinCEN não está aceitando nenhuma declaração de informações sobre beneficiários finais.

[Publicado em 24 de março de 2023]

B.2. Quando devo fornecer as informações sobre beneficiários finais da minha empresa à FinCEN?

As empresas declarantes criadas ou registradas a partir de 1 de janeiro de 2024 e antes de 1 de janeiro de 2025 dispõem de 90 dias de calendário após a recepção da notificação da criação ou do registro da empresa, para apresentarem o seu relatório BOI inicial. Este prazo de 90 dias começa a contar a partir do momento em que a empresa recebe uma notificação efetiva de que a sua criação ou registro está efetivo, ou depois de um secretário de estado ou gabinete semelhante fornecer pela primeira vez uma notificação pública da sua criação ou registro, consoante o que ocorrer primeiro.

As empresas declarantes criadas ou registradas a partir de 1 de janeiro de 2025, inclusive, terão 30 dias de calendário a partir da data de notificação efetiva ou pública de que a criação ou o registro da empresa está efetivo, para apresentarem os seus relatórios BOI iniciais com a FinCEN.

[Atualizado em 1.º de dezembro de 2023]

B.3. Quando a FinCEN aceitará as declarações de informações sobre beneficiários finais?

A FinCEN começará a aceitar as declarações de informações sobre beneficiários finais em 1.º de janeiro de 2024. As declarações de informações sobre beneficiários finais não serão aceitas antes disso.

[Publicado em 24 de março de 2023]

B.4. Haverá alguma taxa para o envio de uma declaração de informações sobre beneficiários finais à FinCEN?

Não haverá taxa para enviar a declaração de informações sobre beneficiários finais à FinCEN.

[Publicado em 24 de março de 2023]

B.5. Como devo fornecer as informações de beneficiários finais da minha empresa?

Se for necessário fornecer as informações de beneficiários finais da sua empresa à FinCEN, você o fará eletronicamente por meio de um sistema de registro seguro disponível no site da FinCEN. Esse sistema está sendo desenvolvido no momento e estará disponível antes que sua declaração seja enviada.

[Publicado em 24 de março de 2023]

B.6. Onde posso encontrar o formulário para fazer a declaração?

O formulário para fornecer as informações sobre beneficiários finais ainda não está disponível. Assim que estiver disponível, as informações sobre o formulário serão publicadas no site de informações sobre https://www.fincen.gov/boibeneficiarios_finais da FinCEN.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

B.7. A empresa declarante é obrigada a usar um advogado ou um contador público certificado (CPA) para enviar informações sobre beneficiários finais à FinCEN?

Não. A FinCEN espera que muitas, se não a maioria, das empresas declarantes possam enviar suas informações sobre beneficiários finais à FinCEN por conta própria, usando [as orientações](#) publicadas pelo FinCEN. As empresas que precisam de ajuda para cumprir suas obrigações de fazer a declaração podem consultar prestadores de serviços profissionais, como advogados ou contadores.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

C. Empresa declarante

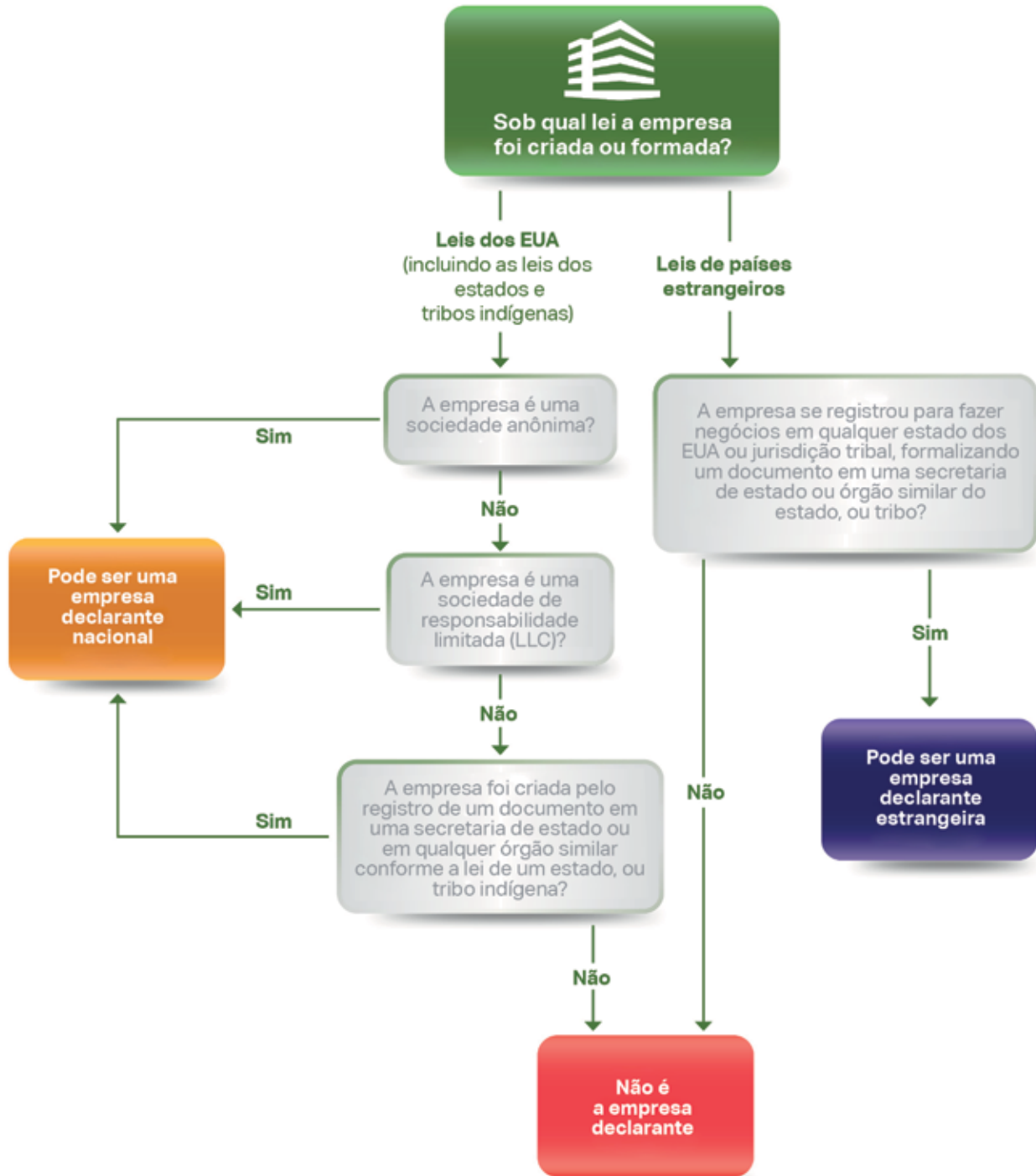
C.1. Quais empresas serão obrigadas a fornecer informações sobre beneficiários finais à FinCEN?

As empresas obrigadas a fazer a declaração são chamadas de empresas declarantes. Há dois tipos de empresas declarantes:

- As **empresas declarantes nacionais** são corporações, sociedades de responsabilidade limitada e quaisquer outras entidades criadas pelo registro de um documento em uma secretaria de estado ou em qualquer órgão similar nos Estados Unidos.
- As **empresas declarantes estrangeiras** são entidades (incluindo corporações e sociedades de responsabilidade limitada) formadas de acordo com a lei de um país estrangeiro que se registraram para fazer negócios nos Estados Unidos por meio do registro de um documento em uma secretaria de estado ou em qualquer órgão similar.

Há 23 tipos de entidades isentas das exigências de declaração (consulte a Pergunta C.2). Analise cuidadosamente os critérios de qualificação antes de concluir que sua empresa está isenta.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) para a comunicação de informações sobre beneficiários finais inclui o seguinte fluxograma para identificar se uma empresa é a empresa declarante (consulte o Capítulo 1.1, “Minha empresa é uma ‘empresa declarante?’”).



[Publicado em 18 de setembro de 2023]

C.2. Algumas empresas estão isentas de exigências de declaração?

Sim, 23 tipos de entidades estão isentos de exigências de declaração de informações sobre beneficiários finais. Essas entidades incluem empresas de capital aberto que atendem a requisitos específicos, muitas organizações sem fins lucrativos e algumas grandes empresas operacionais.

A tabela a seguir resume as 23 isenções:

Número de isenção	Título resumido da isenção
1	Emissores de relatórios de títulos
2	Autoridades governamentais
3	Bancos
4	Cooperativas de crédito
5	Holdings de instituições depositárias
6	Empresas de serviços financeiros
7	Corretoras ou dealers de valores mobiliários
8	Bolsas de valores ou agências de compensação
9	Outras entidades registradas na Exchange Act
10	Empresas de investimentos ou consultores de investimentos
11	Consultores de fundos de capital de risco
12	Companhias de seguros
13	Corretores de seguros licenciados pelo estado
14	Entidades registradas na Commodity Exchange Act
15	Empresas de contabilidade
16	Entidades de utilidade pública
17	Entidades do mercado financeiro
18	Veículos de investimento coletivo
19	Entidades isentas de impostos
20	Entidades que prestam assistência a entidades isentas de impostos
21	Grandes empresas operacionais
22	Subsidiárias de determinadas entidades isentas
23	Entidades inativas

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui essa tabela e listas de verificação para cada uma das 23 isenções que podem ajudar a determinar se uma empresa atende a uma isenção (consulte o Capítulo 1.2, “Minha empresa está isenta das exigências de declaração?”). As empresas devem analisar cuidadosamente os critérios de qualificação antes de concluir que estão isentas. Consulte as perguntas frequentes adicionais sobre isenções de empresas declarantes em “L. Isenções de empresas declarantes” abaixo.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

C.3. Determinadas entidades corporativas, como trusts estatutários, trusts comerciais ou fundações, são empresas declarantes?

Depende. Uma entidade doméstica, como um trust estatutário, trust comercial ou fundação, é a empresa declarante somente se tiver sido criada por meio do registro de um documento em uma secretaria de estado ou órgão similar. Da mesma forma, uma entidade estrangeira é a empresa declarante somente se tiver apresentado um documento a uma secretaria de estado ou a um órgão semelhante para se registrar para fazer negócios nos Estados Unidos.

As leis estaduais variam quanto à necessidade de certos tipos de entidades, como trusts, requererem o registro de um documento junto à secretaria de estado ou órgão similar para serem criados ou registrados.

- Se um trust for criado em uma jurisdição dos EUA que exija tal registro, ele será a empresa declarante, a menos que se aplique uma isenção.

Da mesma forma, nem todos os estados exigem que as entidades estrangeiras se registrem, formalizando um documento em uma secretaria de estado ou um órgão semelhante para fazer negócios no estado.

- No entanto, se uma entidade estrangeira tiver que apresentar um documento à secretaria de estado ou a um órgão similar para se registrar para fazer negócios em um estado, e o fizer, ela será a empresa declarante, a menos que uma isenção se aplique.

As entidades também devem considerar se alguma isenção às exigências de declaração se aplica a elas. Por exemplo, uma fundação pode não ser obrigada a fornecer informações sobre beneficiários finais à FinCEN se a fundação se qualificar para a isenção de entidade isenta de impostos.

O Capítulo 1 do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) (“Minha empresa precisa informar seus beneficiários finais?”) pode auxiliar as empresas a identificar se precisam informar.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

C.4. Um trust é considerado uma empresa declarante se ele se registrar em um tribunal visando a estabelecer a jurisdição do tribunal sobre quaisquer disputas envolvendo o trust?

Não. O registro de um trust em um tribunal apenas para estabelecer a jurisdição do tribunal sobre quaisquer disputas envolvendo o trust não o torna a empresa declarante.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

D. Beneficiário final

D.1. Quem é o beneficiário final da empresa declarante?

Um beneficiário final é uma pessoa física que, direta ou indiretamente: (1) exerce controle substancial (consulte a Pergunta D.2) sobre a empresa declarante, ou (2) possui ou controla pelo menos 25% da participação acionária da empresa declarante (consulte a Pergunta D.4).

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) fornece listas de verificação e exemplos que podem ajudar a identificar os beneficiários finais (consulte o Capítulo 2.3 “Que medidas posso tomar para identificar os beneficiários finais da minha empresa?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

D.2. O que é controle substancial?

Uma pessoa física pode exercer controle substancial sobre a empresa declarante de quatro maneiras. Se a pessoa se *enquadrar* em qualquer uma das categorias abaixo, ela exerce controle substancial:

- A pessoa é uma **diretora sênior** (presidente da empresa, diretora financeira, conselheira geral, diretora-executiva, diretora de operações ou qualquer outro cargo com função semelhante).
- A pessoa tem **autoridade para nomear ou destituir determinados diretores**, ou a maioria dos conselheiros (ou órgão similar) da empresa declarante.
- A pessoa é uma importante tomadora de decisões referentes à empresa declarante. Consulte a Pergunta D.3 para mais informações.
- A pessoa tem **qualquer outra forma de controle substancial sobre** a empresa declarante, conforme explicado mais detalhadamente no [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) (consulte o Capítulo 2.1, “O que é controle substancial?”).



DIRETOR SÊNIOR

qualquer pessoa que ocupe o cargo ou exerça a autoridade de:

1. Presidente
2. Diretor financeiro (CFO)
3. Advogado geral (GC)
4. Diretor-executivo (CEO)
5. Diretor de operações (COO)

ou qualquer outro diretor, independentemente do título oficial, que desempenhe uma função semelhante às desses diretores



AUTORIDADE PARA NOMEAR OU DEMITIR

qualquer pessoa com a capacidade de nomear ou demitir qualquer **DIRETOR SÊNIOR**, ou a maioria da diretoria, ou órgão similar



IMPORTANTE TOMADOR DE DECISÕES

qualquer pessoa que dirija, determine ou tenha influência substancial sobre decisões importantes tomadas pela empresa declarante, incluindo decisões relativas à empresa declarante:

1. Negócios, tais como:

- Natureza, escopo e atributos do negócio
- A seleção ou o encerramento de linhas de negócios, ou empreendimentos, ou o foco geográfico
- A entrada ou rescisão, ou o cumprimento, ou não cumprimento, de contratos significativos

2. Finanças, por exemplo:

- Venda, aluguel, hipoteca ou outra transferência de quaisquer ativos principais
- Grandes despesas ou investimentos, emissões de qualquer patrimônio, ocorrência de qualquer dívida significativa ou aprovação do orçamento operacional
- Esquemas de remuneração e programas de incentivo para diretores seniores

3. Estrutura, por exemplo:

- Reorganização, dissolução ou fusão
- Alterações de quaisquer documentos essenciais de governança da empresa declarante, incluindo os artigos de incorporação ou documentos de formação semelhantes, estatutos e políticas ou procedimentos significativos



OUTROS

qualquer outra forma de controle substancial sobre a empresa declarante. O controle exercido de maneiras novas e exclusivas ainda pode ser substancial. Por exemplo, estruturas corporativas flexíveis podem ter indicadores de controle diferentes dos indicadores incluídos aqui

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

D.3. Um dos indicadores de controle substancial é que a pessoa é uma importante tomadora de decisões. Quais são as decisões importantes?

Decisões importantes incluem decisões sobre os negócios, as finanças e a estrutura da empresa declarante. Uma pessoa que dirige, determina ou tem influência substancial sobre essas decisões importantes exerce controle substancial sobre a empresa declarante. O Capítulo 2.1, “O que é controle substancial?” do Guia de Conformidade [para Pequenas Entidades da FinCEN](#) fornece as seguintes informações:



IMPORTANTE TOMADOR DE DECISÕES

qualquer pessoa que dirija, determine ou tenha influência substancial sobre decisões importantes tomadas pela empresa declarante, incluindo decisões relativas à empresa declarante:

1. Negócios, tais como:

- Natureza, escopo e atributos do negócio
- A seleção ou o encerramento de linhas de negócios, ou empreendimentos, ou o foco geográfico
- A entrada ou rescisão, ou o cumprimento, ou não cumprimento, de contratos significativos

2. Finanças, por exemplo:

- Venda, aluguel, hipoteca ou outra transferência de quaisquer ativos principais
- Grandes despesas ou investimentos, emissões de qualquer patrimônio, ocorrência de qualquer dívida significativa ou aprovação do orçamento operacional
- Esquemas de remuneração e programas de incentivo para diretores seniores

3. Estrutura, por exemplo:

- Reorganização, dissolução ou fusão
- Alterações de quaisquer documentos essenciais de governança da empresa declarante, incluindo os artigos de incorporação ou documentos de formação semelhantes, estatutos e políticas ou procedimentos significativos

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

D.4. O que é direito de participação?

Direito de participação é, em geral, um acordo que estabelece direitos de propriedade na empresa declarante. Exemplos de direito de participação incluem cotas de patrimônio, ações, direitos de voto ou qualquer outro mecanismo usado para estabelecer a propriedade.



O Capítulo 2.2, “O que é direito de participação?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) aborda o direito de participação e estabelece passos para facilitar a determinação da porcentagem de participação acionária detida por uma pessoa.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

D.5. Quem se qualifica para uma exceção à definição de beneficiário final?

Há cinco casos em que uma pessoa que, de outra forma, seria um beneficiário final da empresa declarante se qualifica para uma exceção. Nesses casos, a empresa declarante não precisa informar essa pessoa como beneficiária final à FinCEN.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para determinar se alguma exceção se aplica a pessoas que poderiam se qualificar como beneficiárias finais (consulte o Capítulo 2.4, “Quem se qualifica para uma exceção à definição de beneficiário final?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

D.6. Meu contador ou advogado é considerado um beneficiário final?

Contadores e advogados normalmente não se qualificam como beneficiários finais, mas isso pode depender do trabalho que está sendo realizado.

Contadores e advogados que prestam serviços gerais de contabilidade ou jurídicos não são considerados beneficiários finais porque serviços de consultoria ou outros serviços profissionais de terceiros, comuns e independentes, prestados a uma empresa declarante não são considerados “controle substancial” (consulte a Pergunta D.2). Além disso, um advogado ou contador, que seja designado como agente da empresa declarante pode se qualificar para a exceção “nomeado, intermediário, custodiante ou agente” da definição de beneficiário final.

No entanto, uma pessoa que ocupe o cargo de conselheiro geral em a empresa declarante é uma “diretora sênior” dessa empresa e, portanto, é uma beneficiária final.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para ajudar a determinar se uma pessoa se qualifica para uma exceção à definição de beneficiário final (consulte o Capítulo 2.4, “Quem se qualifica para uma exceção à definição de beneficiário final?”).

[Atualizado em 16 de novembro de 2023]

D.7. Que informações a empresa declarante deve fornecer sobre um beneficiário final que detém sua participação acionária na empresa declarante por meio de várias entidades isentas?

Se um beneficiário final possuir ou controlar uma participação acionária em **a empresa declarante exclusivamente** por meio de várias entidades isentas, os nomes de **todas** essas entidades isentas poderão ser informados à FinCEN em vez das informações do beneficiário final individual.

» Observe que essa regra especial não se aplica quando uma pessoa física possui ou controla participação acionária em uma empresa declarante por meio de entidades isentas e não isentas. Nesse caso, a empresa declarante deve informar a pessoa como beneficiária final (se nenhuma exceção se aplicar), mas as empresas isentas não precisam ser informadas.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidade da FinCEN](#) contém mais informações sobre essa regra de declaração especial no Capítulo 4.2, “O que devo declarar se uma regra de declaração especial se aplicar à minha empresa?”

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

D.8. A empresa não afiliada que presta serviços à empresa declarante gerenciando suas operações diárias, mas não toma decisões sobre assuntos importantes, é um beneficiário final da empresa declarante?

A empresa não afiliada em si não pode ser um beneficiário final da empresa declarante, pois um beneficiário final deve ser uma pessoa física. Quaisquer pessoas que exerçam controle substancial sobre a empresa declarante por meio de uma empresa não afiliada devem ser informados como beneficiários finais da empresa declarante.

No entanto, as pessoas que não dirijam, determinem ou tenham influência substancial sobre decisões importantes tomadas pela empresa declarante, e que não exerçam controle substancial, podem não ser beneficiárias finais da empresa declarante.

Consulte o Capítulo 2.1 do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades](#), da FinCEN, “O que é controle substancial?” para obter informações adicionais sobre como determinar se uma pessoa tem controle substancial sobre a empresa declarante.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

D.9. Um membro do conselho de administração da empresa declarante é sempre um beneficiário final da empresa declarante?

Não. Um beneficiário final de uma empresa é qualquer pessoa física que, direta ou indiretamente, exerça controle substancial sobre a empresa declarante, ou que detenha ou controle pelo menos 25% da participação acionária da empresa declarante.

O fato de um determinado diretor atender a qualquer um desses critérios é uma questão que a empresa declarante deve analisar caso a caso.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui informações adicionais sobre como determinar se uma pessoa se qualifica como beneficiária final no Capítulo 2, “Quem é beneficiário final da minha empresa?”. Este capítulo contém seções separadas com mais informações sobre controle substancial e participação acionária: Capítulo 2.1 “O que é controle substancial?” e Capítulo 2.2 “O que é direito de participação?”

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

D.10. O “representante de parceria” ou “parceiro de assuntos tributários” designado por a empresa declarante é um beneficiário final?

Depende. O “representante de sociedade” da empresa declarante, conforme definido no [26 U.S.C. 6223](#), ou “parceiro de assuntos tributários”, conforme o termo era definido anteriormente no 26 U.S.C. 6231(a)(7), agora revogado, não é automaticamente um beneficiário final da empresa declarante. No entanto, tal pessoa pode se qualificar como beneficiária final da empresa declarante se exercer controle substancial sobre a empresa declarante, ou se possuir ou controlar pelo menos 25% da participação acionária da empresa.

O Capítulo 2 do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) (“Quem é beneficiário final da minha empresa?”) contém informações adicionais sobre como determinar se uma pessoa se qualifica como beneficiária final da empresa declarante.

Vale observar que um “representante de parceria” ou “parceiro de assuntos tributários” que atue como agente designado da empresa declarante pode se qualificar para a exceção “nomeado, intermediário, custodiante ou agente” da definição de beneficiário final..

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui informações adicionais sobre essas isenções no Capítulo 2.4, “Quem se qualifica para uma exceção à definição de beneficiário final?”

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

E. Requerente da empresa

E.1. Quem é o requerente da empresa declarante?

Somente as empresas declarantes criadas ou registradas a partir de 1.º de janeiro de 2024 precisarão declarar seus respectivos requerentes.

A empresa que precise informar seus requerentes pode informar até duas pessoas como requerentes da empresa:

1. A pessoa que protocola diretamente o documento que cria ou registra a empresa; e
2. Se mais de uma pessoa estiver envolvida no registro, a pessoa que for a principal responsável pela direção ou controle do registro.

O fluxograma a seguir pode ajudar a identificar o requerente da empresa.



In addition, Chapter 3.2, "Who is a company applicant of my company?" of FinCEN's [Small Entity Compliance Guide](#) includes additional information to help identify company applicants.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

E.2. Quais empresas declarantes são obrigadas a reportar os requerentes da empresa?

Nem todas as empresas declarantes precisam informar os requerentes da empresa à FinCEN.

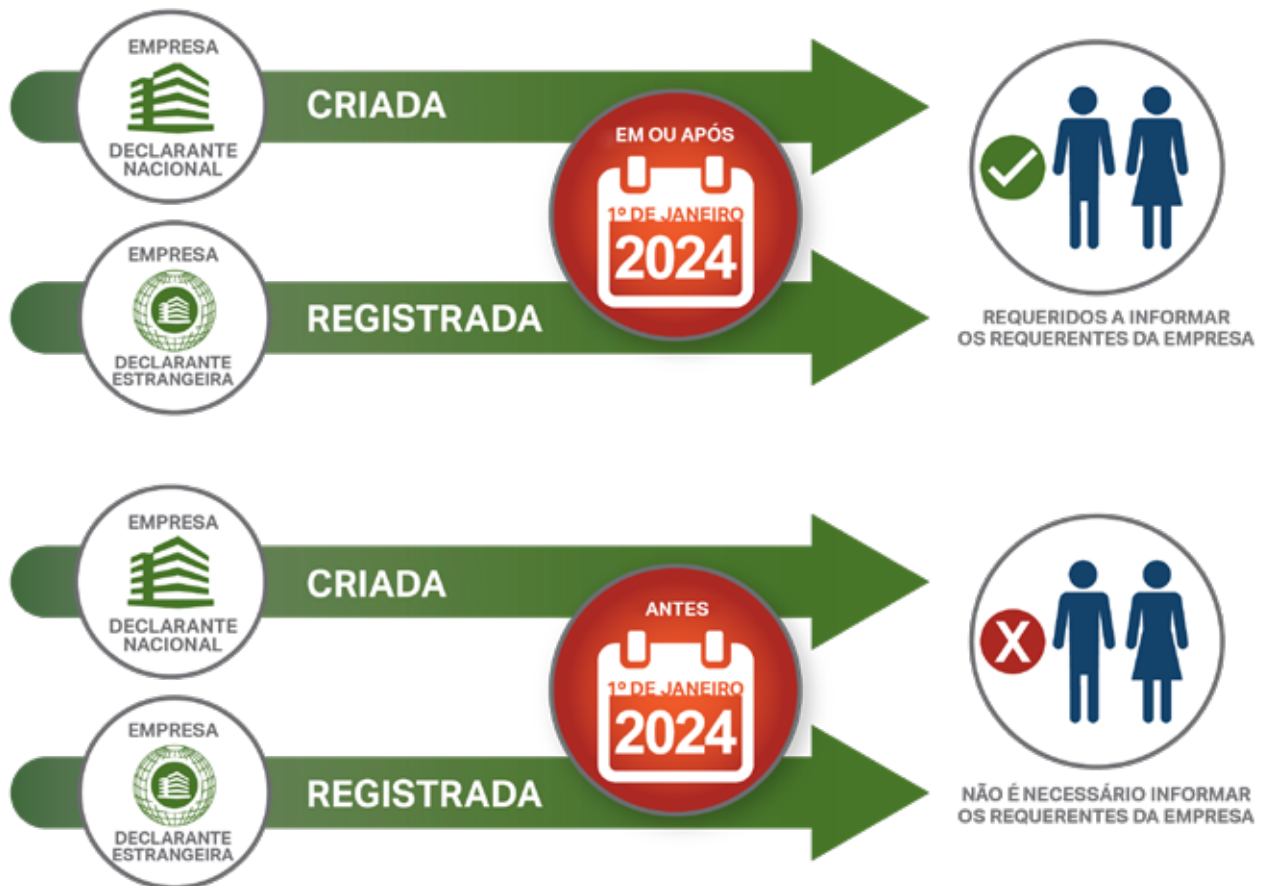
A empresa declarante **deve informar os requerentes da empresa** somente se ela for:

- Empresa declarante nacional criada nos Estados Unidos **a partir de 1.º de janeiro de 2024; ou**
- Empresa declarante estrangeira registrada pela primeira vez para fazer negócios nos Estados Unidos **a partir de 1.º de janeiro de 2024.**

A empresa declarante **não precisa informar os requerentes da empresa** se ela for uma:

- Empresa declarante nacional criada nos Estados Unidos **antes** de 1.º de janeiro de 2024; ou
- Empresa declarante estrangeira registrada pela primeira vez para fazer negócios nos Estados Unidos **antes** de 1.º de janeiro de 2024.

Abaixo está um resumo de exigências de declaração do requerente da empresa declarante. O Capítulo 3.1, “Minha empresa é obrigada a informar os requerentes de sua constituição?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN inclui](#) informações adicionais.



[Publicado em 18 de setembro de 2023]

E.3. Meu contador ou advogado é considerado um requerente da empresa?

Um contador ou advogado pode ser um requerente da empresa, dependendo de sua função na formalização do documento que cria ou registra a empresa declarante. Em muitos casos, os requerentes da empresa podem trabalhar em um serviço de constituição de empresas ou em um escritório de advocacia.

Um contador ou advogado pode ser um requerente da empresa se tiver apresentado diretamente o documento que criou ou registrou a empresa declarante. Se mais de uma pessoa estiver envolvida na formalização do documento de criação ou registro, um contador ou advogado poderá ser um requerente da empresa se for o principal responsável por conduzir ou controlar a formalização.

Por exemplo, um advogado de um escritório de advocacia que oferece serviços de constituição de empresas pode ser o principal responsável por supervisionar a preparação e a formalização dos documentos de constituição da empresa declarante. Um assistente jurídico do escritório de advocacia pode registrar diretamente os documentos de incorporação a pedido do advogado. Nessas circunstâncias, tanto o advogado quanto o assistente são requerentes da empresa declarante.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

E.4. Um requerente da empresa pode ser removido da declaração BOI se ele não tiver mais relacionamento com a empresa declarante?

Não. O requerente da empresa não pode ser removido da declaração BOI, mesmo que não tenha mais relacionamento com a empresa declarante. A empresa declarante criada a partir de 1.º de janeiro de 2024, inclusive, é obrigada a fornecer informações sobre o requerente da empresa em sua declaração BOI inicial, mas não é obrigada a enviar uma declaração BOI atualizada se as informações do requerente da empresa forem alteradas.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

F. Exigências de declaração

F.1. A empresa declarante precisará declarar qualquer outra informação além das informações sobre seus beneficiários finais?

Sim. As informações que precisam ser declaradas, no entanto, dependem de quando a empresa foi criada ou registrada.

- Se a empresa declarante for criada ou registrada a partir de 1.º de janeiro de 2024, ela precisará fornecer informações sobre si mesma, seus beneficiários finais e seus requerentes.
- Se a empresa declarante tiver sido criada ou registrada antes de 1.º de janeiro de 2024, ela só precisará fornecer informações sobre si mesma e sobre seus beneficiários finais. A empresa declarante não precisa fornecer informações sobre os requerentes de sua constituição.

[Publicado em 24 de março de 2023]

F.2. Quais informações a empresa declarante deve fornecer sobre si mesma?

A empresa declarante terá que informar:

1. Sua razão social;

2. Quaisquer nomes comerciais, nomes “fazendo negócios como” (d/b/a) ou “negociando como” (t/a);
3. O endereço atual de seu principal local de negócios, se esse endereço for nos Estados Unidos (por exemplo, a sede da empresa declarante nos EUA), ou, para empresas declarantes cujo principal local de negócios seja fora dos Estados Unidos, o endereço atual de onde a empresa conduz os negócios nos Estados Unidos (por exemplo, a sede da empresa declarante estrangeira nos EUA);
4. Sua jurisdição de constituição ou registro; e
5. Seu número de identificação de contribuinte (TIN) ou, se a empresa declarante estrangeira não tiver recebido um TIN, um número de identificação fiscal emitido por uma jurisdição estrangeira e o nome da jurisdição.

A empresa declarante também deve indicar se está apresentando uma declaração inicial, uma correção ou uma atualização de uma declaração anterior.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para identificar as informações que devem ser fornecidas (consulte o Capítulo 4.1, “Quais informações devo coletar sobre minha empresa, seus beneficiários finais e seus requerentes?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

F.3. Que informações a empresa declarante deve informar sobre seus beneficiários finais?

Para cada pessoa que seja uma beneficiária final, a empresa declarante deve fornecer:

1. O nome da pessoa;
2. Data de nascimento;
3. Endereço residencial; e
4. O número de um documento de identificação aceitável, como passaporte ou carteira de motorista dos EUA, e o nome do estado ou jurisdição emissora do documento de identificação (para mais exemplos de identificação aceitável, consulte a Pergunta F.5).

A empresa declarante também deverá enviar uma imagem do documento de identificação usado para obter o número de identificação do item 4.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para identificar as informações que devem ser fornecidas (consulte o Capítulo 4.1, “Quais informações devo coletar sobre minha empresa, seus beneficiários finais e seus requerentes?”)..

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

F.4. Quais informações a empresa declarante deve informar sobre os requerentes de sua constituição?

Para cada pessoa que seja uma requerente da empresa, a empresa declarante deve fornecer:

1. O nome da pessoa;
2. Data de nascimento;
3. Endereço; e
4. O número de um documento de identificação aceitável, como passaporte ou

carteira de motorista dos EUA, e o nome do estado ou jurisdição emissora do documento de identificação (para mais exemplos de identificação aceitável, consulte a Pergunta F.5).

A empresa declarante também deverá enviar uma imagem do documento de identificação usado para obter o número de identificação do item 4.

Se o requerente da empresa trabalhar na constituição de empresas — por exemplo, como advogado ou agente de constituição de empresas —, a empresa declarante deverá informar o endereço comercial do requerente da empresa. Caso contrário, a empresa declarante deverá informar o endereço residencial do requerente da empresa.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para identificar as informações que devem ser fornecidas (consulte o Capítulo 4.1, “Quais informações devo coletar sobre minha empresa, seus beneficiários finais e seus requerentes?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

F.5. Quais são as formas aceitáveis de identificação que atenderão às exigências de declaração?

As únicas formas aceitáveis de identificação são:

1. Carteira de motorista dos EUA não vencida (inclusive carteiras de motorista emitidas por uma comunidade, território ou possessão dos Estados Unidos);
2. Documento de identificação não expirado emitido por um governo estadual ou local dos EUA, ou por uma tribo indígena;
3. Passaporte não vencido emitido pelo governo dos EUA; ou
4. Passaporte não vencido emitido por um governo estrangeiro (somente quando a pessoa não tiver uma das outras três formas de identificação listadas acima).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

F.6. Existe alguma exigência de fornecer anualmente informações sobre beneficiários finais?

Não há exigência de declaração anual. As empresas declarantes devem enviar uma declaração BOI inicial e declarações BOI atualizadas ou corrigidas, quando necessário.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui mais informações sobre quando enviar declarações BOI iniciais no Capítulo 5.1, “Quando minha empresa deve enviar sua declaração BOI inicial?” e quando enviar declarações BOI atualizadas e corrigidas no Capítulo 6, “E se houver alterações ou imprecisões nas informações fornecidas?”

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

G. Declaração inicial

G.1. Quando devo enviar a declaração inicial de informações sobre beneficiários finais à FinCEN?

Se a sua empresa já existia antes de 1 de janeiro de 2024, deve apresentar a declaração inicial de informações sobre os beneficiários efetivos até 1 de janeiro de 2025.

Se a sua empresa tiver sido criada ou registrada em ou após 1 de janeiro de 2024 e antes de 1 de janeiro de 2025, deve apresentar o relatório inicial de informações sobre os beneficiários

efetivos no prazo de 90 dias de calendário após ter recebido uma notificação efetiva ou pública de que a sua criação ou registro está efetivo. Especificamente, este prazo de 90 dias começa a contar a partir do momento em que a empresa recebe uma notificação efetiva de que a sua criação ou registro está efetivo, ou depois de um secretário de estado ou gabinete semelhante fornecer pela primeira vez uma notificação pública da sua criação ou registro, consoante o que ocorrer primeiro.

Se a sua empresa tiver sido criada ou registrada em ou após 1 de janeiro de 2025, deve apresentar a declaração inicial de informações sobre os beneficiários efetivos no prazo de 30 dias de calendário após ter recebido uma notificação efetiva ou pública de que a sua criação ou registro está efetivo. Os calendários dos primeiros relatórios são apresentados de seguida.



A exigência de declaração entra em vigor em 1.º de janeiro de 2024. A FinCEN começará a aceitar as declarações de informações sobre beneficiários finais nessa



DECLARAÇÕES INICIAIS

Obrigatórias para todas as empresas que se enquadrem na definição de **empresa declarante** e não estejam **isentas** dessa definição.



Empresas declarantes existentes

*Criadas ou registradas para fazer negócios nos Estados Unidos antes de 1.º de janeiro de 2024. As declarações devem ser entregues até **1.º de janeiro de 2025***



Novas empresas declarantes

Criadas ou registradas para fazer negócios nos Estados Unidos a partir de 1.º de janeiro de 2024.

*As empresas declarantes criadas ou registradas **a partir de 1.º de janeiro de 2024 e antes de 1.º de janeiro de 2025** têm **90 dias corridos** após ter recebido uma notificação individualizada ou pública de que sua criação ou registro está em vigor para enviar suas declarações BOI iniciais.*

*As empresas declarantes criadas ou registradas **a partir de 1.º de janeiro de 2025** terão **30 dias corridos** após ter recebido uma notificação individualizada ou pública de que sua criação ou registro está em vigor para enviar suas declarações BOI iniciais.*

O capítulo 5.1 “Quando minha empresa deve enviar sua declaração BOI inicial?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) contém informações adicionais sobre os prazos para o envio de declarações.

[Atualizado em 1.º de dezembro de 2023]

G.2. A empresa matriz pode entregar uma única declaração BOI em nome de seu grupo de empresas?

Não. Qualquer empresa que atenda à definição de empresa declarante e não esteja isenta é obrigada a enviar sua própria declaração BOI.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

G.3. Como posso obter um número de identificação de contribuinte (TIN) para uma nova empresa em até 30 dias para que eu possa enviar a declaração inicial de informações sobre beneficiários finais no prazo?

O Serviço de Receita Federal (IRS) oferece uma solicitação online gratuita de Número de Identificação do Empregador (EIN), um tipo de TIN, que é fornecido imediatamente após o envio da solicitação. Para mais informações sobre TINs, consulte [“Taxpayer Identification Numbers \(“Números de Identificação do Contribuinte”\) \(TIN\)”](#) no site IRS.gov. Para mais informações sobre os Números de Identificação do Empregador e para acessar a inscrição online do EIN, consulte [“Solicitar um número de identificação do empregador \(EIN\) online”](#) no site IRS.gov.

É necessário apresentar um formulário impresso se uma pessoa estrangeira que não tenha um número de identificação de pessoa física (ITIN) solicitar um EIN. Segundo o IRS, o recebimento de um EIN por meio desse processo pode levar de seis a oito semanas. Se você for estrangeiro e precisar obter um EIN para a empresa declarante, recomendamos que solicite um ITIN com antecedência. As empresas declarantes estrangeiras que não estão sujeitas ao imposto de renda corporativo nos EUA podem informar um número de identificação fiscal estrangeiro e o nome da jurisdição pertinente em vez de um EIN ou TIN.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

G.4. Uma declaração BOI inicial deve incluir o histórico de beneficiários finais da empresa declarante ou apenas os beneficiários finais no momento do registro?

Uma declaração BOI inicial deve incluir apenas os beneficiários finais no momento do registro. As empresas declarantes devem notificar a FinCEN sobre alterações nos beneficiários finais e na BOI relacionada por meio de declarações atualizadas.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui mais informações sobre quando enviar declarações BOI atualizadas ou corrigidas no Capítulo 6, “E se houver alterações ou imprecisões nas informações fornecidas?”

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

H. Declaração atualizada

H.1. O que devo fazer se as informações fornecidas anteriormente mudarem?

Se houver **qualquer** alteração nas informações exigidas sobre sua empresa ou seus beneficiários finais em uma declaração de informações sobre beneficiários finais que sua empresa enviou, ela deverá enviar uma declaração atualizada no prazo máximo de 30 dias após a data da alteração.

A empresa declarante não é obrigada a enviar declarações atualizadas para quaisquer alterações em informações previamente declaradas sobre requerentes da empresa..

O infográfico a seguir apresenta **os prazos de declarações atualizados**.



RELATÓRIOS ATUALIZADOS

Exigido quando houver uma alteração nas informações relatadas anteriormente sobre a própria empresa relatora ou seus proprietários beneficiários.

Os relatórios atualizados devem ser entregues em até **30 dias corridos** após a ocorrência de uma alteração.

O Capítulo 6.1, “O que devo fazer se as informações fornecidas anteriormente mudarem?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) fornece informações adicionais.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

H.2. Quais são os prováveis gatilhos para a necessidade de atualizar uma declaração de informações sobre beneficiários finais?

A seguir, alguns exemplos de alterações que exigiriam uma declaração atualizada de informações sobre beneficiários finais:

- Qualquer alteração nas informações fornecidas sobre a empresa declarante, como o registro de um novo nome comercial.
- Mudança nos beneficiários finais, como um novo CEO, ou uma venda que altere quem atende ao limite de participação acionária de 25% (consulte a Pergunta D.4 para obter mais informações sobre direito de participação).
- Qualquer alteração no nome, endereço ou número de identificação de um beneficiário final fornecido anteriormente à FinCEN. Se um beneficiário final obtiver uma nova carteira de motorista ou outro documento de identificação que inclua uma mudança de nome, endereço ou número de identificação, a empresa declarante também deve enviar uma declaração atualizada de informações sobre o beneficiário final à FinCEN, incluindo uma imagem do novo documento de identificação.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) fornece orientação adicional sobre os gatilhos que exigem uma declaração atualizada de informações sobre beneficiários finais (consulte o Capítulo 6.1 “O que devo fazer se as informações fornecidas anteriormente mudarem?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

I. Declaração corrigida

I.1. O que devo fazer se descobrir uma imprecisão em uma declaração?

Se uma declaração de informações sobre beneficiários finais estiver imprecisa, sua empresa deverá corrigi-lo no prazo máximo de 30 dias após a data em que tomou conhecimento da

imprecisão ou teve motivos para saber sobre ela. Isso inclui qualquer imprecisão nas informações necessárias fornecidas sobre a empresa, seus beneficiários finais ou seus requerentes. O infográfico a seguir apresenta os **prazos das declarações corrigidas**.



O infográfico apresenta duas seções. A primeira, intitulada "DECLARAÇÕES CORRIGIDAS", mostra um ícone de um documento com uma seta verde apontando para cima e um checkmark vermelho, indicando a correção. O texto explica que é exigido quando as informações fornecidas anteriormente eram imprecisas e continuam imprecisas. A segunda seção mostra um ícone de um calendário com "DAY 30" em um fundo vermelho, indicando o prazo. O texto explica que as declarações corrigidas devem ser entregues em até 30 dias corridos após a empresa declarante tomar conhecimento ou ter motivos para saber da imprecisão.

O Capítulo 6.2, “O que devo fazer se descobrir uma imprecisão em uma declaração?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui informações adicionais sobre a correção de declarações de informações sobre beneficiários finais imprecisos apresentados à FinCEN.

[Atualizado em 29 de setembro de 2023]

J. Declaração de entidade recém-isenta

J.1. O que a empresa declarante deve fazer se ela se tornar isenta após já ter apresentado uma declaração?

Se a empresa declarante entregou uma declaração de informações sobre beneficiários finais, mas depois se tornou isenta de enviar a declaração, a empresa deve entregar uma declaração atualizada indicando que saiu da condição de empresa declarante. Uma declaração BOI atualizada para uma entidade recém-isenta exigirá apenas que: (1) a entidade se identifique; e (2) marque uma caixa indicando seu novo status de isenção.

O Capítulo 6.3, “O que minha empresa deve fazer se ela se tornar isenta após já ter entregado uma declaração?” do [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui mais informações.

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

K. Conformidade/execução

K.1. O que acontece se a empresa declarante não fornecer informações sobre beneficiários finais à FinCEN ou não atualizar, ou corrigir as informações no prazo exigido?

A FinCEN está trabalhando para garantir que as empresas declarantes estejam cientes de suas obrigações de informar, atualizar e corrigir as informações sobre beneficiários finais. A FinCEN entende que essa é uma nova exigência. Se você corrigir um erro ou omissão dentro de 90 dias do prazo da declaração original, poderá evitar ser penalizado.

No entanto, você poderá enfrentar penalidades civis e criminais se não cumprir com suas obrigações relativas à comunicação de informações sobre beneficiários finais

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCE](#) fornece mais informações sobre a aplicação da exigência (consulte o Capítulo 1.3, “O que acontece se a minha empresa não informar a declaração BOI no prazo exigido?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

L. Isenções para empresas declarantes

L.1. Quais são os critérios para a isenção da entidade isenta de impostos da exigência de declaração de informações sobre beneficiários finais?

Uma entidade se qualifica para a isenção de entidade isenta de impostos se qualquer um dos quatro critérios a seguir se aplicar:

- | |
|--|
| (1) A entidade é uma organização descrita na seção 501(c) do Código da Receita Federal de 1986 (Código) (determinada sem considerar a seção 508(a) do Código) e isenta de impostos segundo a seção 501(a) do Código . |
| (2) A entidade é uma organização descrita na seção 501(c) do Código , e estava isenta de impostos de acordo com a seção 501(a) do Código , mas perdeu seu status de isenção de impostos há menos de 180 dias. |
| (3) A entidade é uma organização política, conforme definido na seção 527(e)(1) do Código, sendo isenta de impostos conforme a seção 527(a) do Código . |
| (4) A entidade é um trust descrito no parágrafo (1) ou (2) da seção 4947(a) do Código . |

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui listas de verificação para essa isenção (consulte a isenção n.º 19) e para as isenções adicionais às exigências de declaração (consulte o Capítulo 1.2, “Minha empresa está isenta das exigências de declaração?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

L.2. Quais são os critérios para a isenção de entidade inativa das exigências de declaração de informações sobre beneficiários finais?

Uma entidade se qualifica para a isenção de entidade inativa se todos os seis dos seguintes critérios se aplicarem:

(1) A entidade existia em ou antes de 1.º de janeiro de 2020.
(2) A entidade não está envolvida em negócios ativos.
(3) A entidade não é de propriedade de uma pessoa estrangeira, seja direta ou indiretamente, total ou parcialmente. “Pessoa estrangeira” significa uma pessoa que não é um cidadão dos Estados Unidos. Uma pessoa dos Estados Unidos é definida na seção 7701(a)(30) do Código da Receita Federal de 1986 como um cidadão ou residente dos Estados Unidos, parceria doméstica e empresa, e outras propriedades e trusts.
(4) A entidade não sofreu nenhuma mudança de beneficiário no período de doze meses anterior.
(5) A entidade não enviou ou recebeu fundos em um valor superior a US\$ 1.000, seja diretamente ou por meio de qualquer conta financeira na qual a entidade ou qualquer afiliada da entidade tivesse interesse, no período de doze meses anterior.
(6) A entidade não detém nenhum tipo de ativos, seja nos Estados Unidos ou no exterior, incluindo qualquer direito de participação em qualquer empresa, sociedade de responsabilidade limitada ou outra entidade similar.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui listas de verificação para essa isenção (consulte a isenção n.º 23) e para as isenções adicionais às exigências de declaração (consulte o Capítulo 1.2, “Minha empresa está isenta das exigências de declaração?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

L.3. Quais são os critérios para a isenção de subsidiária da exigência de declaração de informações sobre beneficiários finais?

As subsidiárias de determinados tipos de entidades isentas das exigências de declaração de informações sobre beneficiários finais também podem estar isentas da exigência de declaração.

Uma entidade se qualifica para a isenção de subsidiária se as seguintes condições se aplicarem:

Os direitos de participação da entidade são controlados ou totalmente detidos, direta ou indiretamente, por **qualquer** um desses tipos de entidades isentas:

- Emissores de relatórios de títulos;
- Autoridades governamentais;
- Bancos;
- Cooperativas de crédito;
- Holdings de instituições depositárias;
- Corretoras ou dealers de valores mobiliários;
- Bolsas de valores ou agências de compensação;
- Outras entidades registradas na Exchange Act;
- Empresas de investimentos ou consultores de investimentos;
- Consultores de fundos de capital de risco;
- Companhias de seguros;
- Corretores de seguros licenciados pelo estado;
- Entidades registradas no Commodity Exchange Act;
- Empresas de contabilidade;
- Entidades de utilidade pública;
- Entidades do mercado financeiro;
- Entidades isentas de impostos; ou
- Grandes empresas operacionais.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui definições das entidades isentas listadas acima e uma lista de verificação para essa isenção (consulte a isenção n.º 22). O Guia da FinCEN também inclui listas de verificação para as isenções adicionais às exigências de declaração (consulte o Capítulo 1.2, “Minha empresa está isenta das exigências de declaração?”).

[Publicado em 18 de setembro de 2023]

L.4. Se eu possuir um grupo de empresas relacionadas, posso consolidar os funcionários dessas empresas para atender aos critérios de isenção de uma grande empresa operacional da definição de empresa declarante?

Não. A isenção para grandes empresas operacionais exige que a própria entidade empregue mais de 20 funcionários em tempo integral nos Estados Unidos e não permite a consolidação dessa contagem de funcionários em várias entidades.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui uma lista de verificação para essa isenção (consulte a isenção n.º 21).

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

L.5. Como a empresa informa à FinCEN que é isenta?

Empresas isentas não necessitam informar à FinCEN sobre sua isenção das exigências de declaração BOI caso sempre tenham sido isentas.

Se a empresa apresentou uma declaração BOI e posteriormente se qualificou para uma isenção, ela deverá enviar uma declaração BOI atualizada para indicar que está isenta das exigências de declaração. As declarações BOI atualizadas são arquivadas eletronicamente por meio do sistema de registro seguro. Uma declaração BOI atualizada para uma entidade recém-isenta exigirá apenas que a entidade: (1) se identifique; e (2) marque uma caixa indicando seu novo status de isenção.

[Publicado em 16 de novembro de 2023]

M. Identificador FinCEN

M.1. O que é um identificador FinCEN?

O “identificador FinCEN” é um número de identificação exclusivo que a FinCEN emitirá para pessoa física ou empresa declarante mediante solicitação, após a pessoa física ou empresa declarante ter fornecido determinadas informações à FinCEN. Uma pessoa física ou empresa declarante só pode receber um identificador FinCEN.

O [Guia de Conformidade para Pequenas Entidades da FinCEN](#) inclui informações adicionais sobre os identificadores FinCEN no Capítulo 4.3, “O que é um identificador FinCEN e como posso usá-lo?”

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

M.2. Como posso usar um identificador FinCEN?

Quando uma pessoa que é beneficiária final ou requerente da empresa obtém um identificador FinCEN, as empresas declarantes podem informar o identificador FinCEN dessa pessoa no lugar das informações pessoais dela que, de outro modo, seriam exigidas em uma declaração de informações sobre beneficiários finais.

O uso dos identificadores FinCEN obtidos pelas empresas declarantes é objeto de regulamentação em andamento. A FinCEN prevê o fornecimento de orientações adicionais quando essa normatização for finalizada.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

M.3. Como posso solicitar um identificador FinCEN?

As pessoas poderão solicitar um identificador FinCEN a partir de 1.º de janeiro de 2024, mediante o preenchimento de um formulário eletrônico na web. As pessoas precisarão fornecer seu nome legal completo, data de nascimento, endereço, número de identificação exclusivo e jurisdição de emissão de um documento de identificação aceitável, além de uma imagem do documento de identificação. Depois que a pessoa enviar essas informações, ela receberá imediatamente um identificador FinCEN exclusivo.

As empresas declarantes podem solicitar um identificador FinCEN marcando uma caixa na declaração de informações sobre beneficiários finais quando enviarem a declaração. Após a empresa declarante enviar a declaração, ela receberá imediatamente um identificador FinCEN exclusivo. Se a empresa declarante quiser solicitar um identificador FinCEN após enviar sua declaração inicial de beneficiários finais, ela pode enviar uma declaração atualizada de

informações sobre beneficiários finais solicitando um identificador FinCEN, mesmo que a empresa não precise atualizar as informações.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

M.4. Os identificadores FinCEN são obrigatórios?

Não. As pessoas físicas ou empresas declarantes não são obrigadas a obter um identificador FinCEN.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

M.5. Preciso atualizar ou corrigir as informações que enviei para obter um identificador FinCEN?

Sim. As pessoas precisam atualizar ou corrigir as informações por meio do aplicativo do identificador FinCEN, que também é utilizado para solicitar um identificador FinCEN.

- As pessoas devem comunicar qualquer alteração nas informações, que enviaram para obter o identificador FinCEN, no prazo máximo de 30 dias após a data em que a alteração ocorreu.
- Se essas informações estiverem incorretas, a pessoa deverá corrigi-las no prazo máximo de 30 dias após a data em que tomou conhecimento da incorreção ou teve motivos para saber sobre ela.

As empresas declarantes que tenham um identificador FinCEN precisam atualizar ou corrigir as informações da empresa preenchendo uma declaração de informações sobre beneficiários finais atualizada ou corrigida, conforme apropriado.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

M.6. Existe alguma maneira de desativar o identificador FinCEN de uma pessoa, que não esteja mais em uso, de modo que a pessoa não precise mais atualizar as informações associadas a ele?

A FinCEN está avaliando ativamente as opções para permitir que as pessoas desativem os identificadores FinCEN, de modo que não precisem atualizar as informações pessoais básicas continuamente. A FinCEN fornecerá orientações adicionais sobre essa funcionalidade após a conclusão do processo.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]

N. Prestadores de serviços terceirizados

N.1. Prestadores de serviços terceirizados podem auxiliar as empresas declarantes enviando as informações necessárias à FinCEN em seu nome?

Sim. As empresas declarantes podem usar prestadores de serviços terceirizados para enviar declarações de informações sobre beneficiários finais. Os prestadores de serviços terceirizados podem enviar as declarações por meio do sistema E-Filing da FinCEN e/ou de uma Interface de Programação de Aplicativos (API). As especificações técnicas da API serão disponibilizadas em uma data posterior.

[Publicado em 29 de setembro de 2023]